

HABEAS CORPUS Nº 524.388 - DF (2019/0224407-6)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : ESEQUIEL SANTOS MOREIRA - DF007920
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : CARLA VANESSA GOMES OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, impetrado em favor de **CARLA VANESSA GOMES OLIVEIRA** contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**.

Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada às penas de 08 (oito) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime fechado, e 03 (três) meses de detenção, além do pagamento de 20 (vinte) dias-multa, como incursa nas sanções do art. 157, parágrafo 2º-A, inciso I e art. 307, ambos do Código Penal, e art. 244-B do ECA.

Irresignados, a defesa e a acusação interpuseram recurso de apelação ao Tribunal de origem, que deu parcial provimento somente ao apelo ministerial, para aumentar a pena da paciente ao patamar de **11 (onze) anos, 05 (cinco) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, mais 03 (três) meses de detenção, além do pagamento de 22 (vinte e dois) dias-multa**, nos termos do acórdão juntado às fls. 26-48.

No presente **writ**, o impetrante aduz a ocorrência de flagrante ilegalidade na primeira etapa da dosimetria da pena, ao argumento de que não houve fundamentação idônea referente à circunstância judicial da culpabilidade, a ensejar a exasperação da pena-base.

Requer, ao final, a concessão da ordem, para reduzir a sanção (fls.

3-8).

As informações foram prestadas às fls. 65-169.

O Ministério Público Federal, às fls. 174-178, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**.

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

O impetrante aduz a ocorrência de flagrante ilegalidade na primeira etapa da dosimetria da pena, ao argumento de que não houve fundamentação idônea referente à circunstância judicial da culpabilidade, a ensejar a exasperação da pena-base.

Inicialmente, cumpre registrar que a via do **writ** somente se mostra adequada para a análise da dosimetria da pena, quando não for necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório e houver flagrante ilegalidade.

Acerca do **punctum saliens**, o Tribunal de origem, quando do julgamento do recurso de apelação, assim se pronunciou, **in verbis**:

"[...] no tocante à culpabilidade, entendo que esta também deve ser valorada negativamente, uma vez que os elementos de prova constantes dos autos são aptos a demonstrar uma maior reprovabilidade na conduta da apelante-ré, traduzida na violência desnecessariamente perpetrada, consistente no emprego de uma coronhada na cabeça da vítima, mesmo sem ela demonstrar qualquer resistência ao delito."

A culpabilidade, para fins do art. 59 do CP, deve ser compreendida

como juízo de reprovabilidade sobre a conduta, apontando maior ou menor censurabilidade do comportamento do réu. Nesse compasso, **para a sua adequada valoração devem ser levadas em consideração as especificidades fáticas do delito, bem como as condições pessoais do agente no contexto em que praticado o crime.**

Na hipótese, o Tribunal de origem apreciou concretamente a intensidade da reprovabilidade da conduta, assentando a *"violência desnecessariamente perpetrada, consistente no emprego de uma coronhada na cabeça da vítima, mesmo sem ela demonstrar qualquer resistência ao delito"*, fatores que **excederam os limites do tipo penal violado** e apontam maior censura na conduta, demandando resposta penal superior, em atendimento aos princípios da proporcionalidade e da individualização da pena.

Qualquer incursão que escape a moldura fática ora apresentada, demandaria inegável revolvimento fático-probatório, não condizente com os estreitos lindes deste átrio processual, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.

À guisa de ilustração, cito os seguintes arestos desta Corte Superior:

"REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DECIDIDO MONOCRATICAMENTE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. [...] CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. ELEMENTOS CONCRETOS CONSTANTE DOS AUTOS. MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO EXPLICITADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE VÍCIO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Na condenação, atento às peculiaridades do caso, deve o magistrado sentenciante guiar-se pelas oito circunstâncias relacionadas no "caput" do artigo 59 do Código Penal, inexistindo critério puramente objetivo ou matemático, uma vez que é admissível certa discricionariedade do órgão julgador.

2. Utilizada fundamentação concreta para a majoração da pena-base a título de culpabilidade, personalidade e circunstâncias do crime, não há irregularidade na dosimetria da pena.

3. Não há vício no acórdão recorrido que explicita os fundamentos adotados na sentença condenatória ensejadores da majoração da pena-base.

4. Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg no AREsp n. 759.277/ES, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 1º/8/2016 - grifei).

"HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, I E II, DO CÓDIGO PENAL. CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. ACRÉSCIMO CONCRETAMENTE MOTIVADO. CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. REAL ABALO PSICOLÓGICO SOFRIDO PELAS VÍTIMAS, INCLUSIVE AS CRIANÇAS. TERCEIRA FASE. QUANTUM DE ACRÉSCIMO. SÚMULA N.º 443 DESTA CORTE. FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. [...] Esta Corte já decidiu que o quantum de acréscimo não depende da quantidade de circunstâncias judiciais, mas sim de adequada motivação. Não se trata de critério matemático.

[...]

3. Habeas corpus parcialmente concedido a fim de reduzir a pena aplicada aos pacientes para 8 (oito) anos de reclusão e 13 (treze) dias-multa, mantidos os demais termos do acórdão". (HC n. 387.992/SP, **Sexta Turma**, Relª. Minª. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 15/05/2017 - grifei).

Ante o exposto, não conheço do presente **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator